O caos discursivo ao mesmo tempo em que possibilita a readequação do espaço semântico, se não ouvido, não reelaborado, perde potência simbólica, desestabilizando e colapsando sistemas a que se atribui especial poder ao signo da representação, fundamentada em valores deônticos.

A necessidade de estabelecimento de lógica dialógica entre o Direito e os discursos elaborados fora dele implica na possibilidade de fazê-lo, o que impera no entanto é a postura atávica ao círculo de silencio imposto pelo ritual, de maneira a manter o monólogo da ideologia que ainda sufoca as juvenis forças que anseiam por participação legitima.

Não é papel do Direito negar-lhes atenção.

Crise e espetáculo: a política na praça pública.

Marcelo Guimarães Lima
Programa de Pós-doutorado Departamento de Filosofia FFLCH da USP,
São Paulo, SP

"Em todo o lado onde reina o espetáculo, as únicas forças organizadas são aquelas que querem o espetáculo."

Guy Debord – Comentários à sociedade do espetáculo (1988)

Bem-vindos à sociedade do espetáculo!

Se algo ficou claro a partir das chamadas "jornadas de junho" é a evidência de que o país se encontrou definitivamente com a "condição pós-moderna". Somos contemporâneos! Finalmente! Algo, talvez, para celebrarmos numa sociedade que, desde sempre, se mira no espelho invertido da sua distância, física e temporal, dos poderes centrais do mundo: o que, no passado, chamou-se de subdesenvolvimento (econômico, cultural, etc), submissão neocolonial e designações afins. O Brasil, esta anomalia da civilização ocidental da perspectiva de suas elites (perspectiva difundida e compartilhada por um monopólio ultraconservador e ultrarreacionário da comunicação de massas) finalmente se atualiza! Vivemos, não nas luzes mas no lusco-fusco da ideologia, em plena sociedade do espetáculo! A própria denominação "jornadas de junho", que, para alguns parece subitamente desvendar por si só toda uma complexa conjuntura e designar uma nova situação e mesmo todo um novo horizonte ou "programa" político-ideológico, "impositivo" como a própria "força das coisas", se esvanece na sua "autoevidencia" quando fica claro que esta depende "generosamente" da boa vontade e das luzes particulares do intérprete da ocasião...

O livro de Guy Debord, *La Société du Spetacle* de 1967 é daquelas obras, raríssimas, que, em aspectos centrais, se tornam mais atuais com o passar do tempo. Malgrado críticos e interpretes, bem ou mal-intencionados, de maior ou menor capacidade analítica, malgrado a enorme quantidade de glossas, citações, comentários estapafúrdios, incompreensões, reescritas, a exploração midiática, na França e alhures, constante e sem remorsos, etc, etc, a obra de Guy Debord, na letra e no espírito, resiste e se renova a cada leitura, como testemunho de uma época crucial: a nossa, e descortina no seu tempo, relacionada ao Maio de 1968, seus significados e suas consequências, aquilo que está para vir e já presente: o nosso tempo. Apenas uma visão de curto alcance, aquela que aflige tanto criadores como críticos no nosso tempo (além de todo mundo mais), vê no livro um relato de outras lutas, de batalhas passadas e épocas distantes. Uma visão empobrecida do tempo corresponde a um tempo de miséria espiritual profunda, como o que vivemos. A estes podemos retrucar: *de te fabula narratur* – esta é a tua história.

O CONCEITO DE ESPETÁCULO

O enunciado inicial de *A Sociedade do Espetáculo* diz: "Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido, afastou-se numa representação." (1) A dicotomia aparentemente posta entre a vida "diretamente vivida" e a vida "representada", como entre o verdadeiro e o falso, o autêntico e o inautêntico, etc, é transposta e clarificada no desenvolvimento do conceito do espetáculo. Não se trata de simples dicotomia, de uma mera oposição abstrata, mas de uma penetração dialética e mútua implicação dos termos, de ***uma inversão real da realidade***: a que separa, invertendo a relação entre produtor e produto, meios e fins, o ator da sua ação.

O espetáculo é uma proliferação e acumulação de imagens autonomizadas, cujo sistema autônomo apresenta, segundo Debord, a única coerência possível do mundo dilacerado pelo espetáculo (o fantasma da mercadoria, ou a mercadoria feita aparição): "sua justificativa e seu projeto de unificação".

Na imagem estão dadas ao mesmo tempo significação e aparência, aquilo que eu vejo e que, como tal, como visão não pode ser negada na sua realidade visível, a imagem me solicita e impõe sua lógica do testemunho visível: a aparência é real na sua realidade própria e, no entanto, a ontologia da imagem se faz outra quando o espetáculo como espetáculo visível da acumulação mercantil sem limites, autonomiza e inverte a relação entre

a representação e o real. A realidade da aparência transmuta-se em aparência da realidade pura e simples. O espetáculo é aquilo que contemplamos como imagem da vida, o que produzimos e reproduzimos como nossa experiência e significação que de fato nós é dado de antemão: produto de escolhas já realizadas na esfera da produção. E nesta esfera se produzem tanto os objetos quanto os sujeitos da economia mercantil expandida, os portadores de uma "visão do mundo", consciência cuja origem e finalidade é em grande parte exterior ao sujeito e, no entanto, vivenciada enquanto "espontaneidade profunda", identidade do eu consigo próprio, tautologia: o mundo como "império" da significação única.

Partindo da problemática inicial da alienação em Marx e o desenvolvimento desta em Lukács, Debord identifica no contexto do capitalismo de organização total a consciência mercantil expandida como novo meio materializado da abstração concretizada, como um novo real. Nesta nova realidade, a internalização do sistema implica de modo novo e decisivo uma ***desrealização*** dos sujeitos.

O "segredo" do espetáculo é o mundo da mercadoria e sua base real: o trabalho feito mercadoria, a subsunção do produtor no produto. A equivalência generalizada dos produtos na economia mercantil ilimitada define o produtor como uma mercadoria entre tantas e, na pós-modernidade, de modo duplo: origem e destinatário, como "consumidor-produtivo" e "consumidor produzido", subsumido no circuito da mercadoria. A vida humana é aqui, de modo total, o combustível que movimenta as engrenagens do sistema. No mundo neoliberal, a realidade do mercado é a realidade única que subsume ou exclui todas as demais dimensões da realidade humana, individual e coletiva. À alienação materializada e sistematizada corresponde a ideologia "concretizada", "presentificada", isto é, feita imagem. O "devir-mundo da mercadoria" que implica, para Debord, no "devir-mercadoria do mundo": a sociedade do espetáculo. O mundo autônomo das imagens que se substitui à vida: o espetáculo.

A SOCIEDADE MERCANTIL-ESPETACULAR

Na gênese da sociedade do espetáculo, Debord distinguia duas formas principais:

1) o *espetáculo difuso* - a sociedade se encarrega de mentir a si mesma "espontaneamente" em todos os níveis; 2) o *espetáculo concentrado* - a mentira sistemática exige uma relativa coordenação central, os dois tipos ou modelos exemplificados e relacionados às formas políticas e sociais específicas

dos EUA e da União Soviética, respectivamente. Coube à Europa (França e a Itália, especificamente) o pioneirismo de articular estes dois momentos numa nova unidade: o *espetáculo concentrado*, como resposta inicial à crise da rentabilidade capitalista, à crise sistêmica que eclode nos anos 70, como ofensiva contra a classe trabalhadora e suas conquistas anteriores, como prevenção e repressão feroz a qualquer esboço de crítica e alternativa revolucionária. Vão de par neste processo, a ofensiva policial, a repressão legal e ilegal, isto é, nas formas da lei ou à margem da lei, o terrorismo de molde fascista e seus disfarces "revolucionários", a aliança da repressão e do crime organizado, a infiltração, a provocação sistematizada, a manipulação da opinião pública, ou que dela ainda restava, a ofensiva ideológica e mediática de falsificação histórica, o fim, segundo Debord, do pensamento histórico ele próprio.

As características básicas da sociedade que emerge deste processo são: a renovação tecnológica contínua, a fusão entre economia e estado, o segredo generalizado, o falso sem réplica, um presente perpétuo. Notável na caracterização de Debord (2) é o que nos permite compreender o papel da ideologia neoliberal subsequente de demonização seletiva do estado, ou seja, das funções estatais que dizem respeito à organização e ao "interesse coletivo" na sociedade de massas, exatamente como "ideologia", isto é, a ***"negação" na ideia da prática efetiva do poder.*** A fusão de fato entre estado e economia e sua "negação" na ideologia do mercado é uma das chaves dos dilemas reais e imaginários de nosso tempo: o contexto da crise generalizada da política e das formas e práticas relacionadas, a crise da imaginação histórica, a crise das identidades políticas e sociais, etc. No universo concentracionário da *mercadoria-mundo*, a política é "recriada" como técnica de dominação, unindo meios novos e renovados cujo critério único é a "eficácia". O papel da mídia no mundo formado e ressignificado pela *mercadoria-sujeito* é importante e, no entanto, para Debord, é apenas o aspecto mais aparente de um processo mais essencial. O próprio estado, esta "unidade" refletida de uma sociedade estilhaçada, se desagrega em grupos de poder e reproduz de modo imediato no seu interior as divisões de interesses de setores, grupos, máfias, monopólios, oligopólios, etc. O "segredo" é aqui também a alma do negócio, a competição o motor de uma história que se oculta, como a narrativa de um tempo ausente, como uma representação sem o objeto representado.

A "MISÉRIA ALEMÃ" E A NOSSA

É conhecida a passagem da Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1843) em que Marx caracteriza o "anacronismo" da situação histórica e política da Alemanha de seu tempo: "Os alemães compartem as restaurações dos povos modernos, sem haver participado de suas revoluções. Passamos por uma restauração, em primeiro lugar, porque outros povos se atreveram a fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outros povos sofreram uma contrarrevolução; a primeira vez porque nossos senhores tiveram medo e a segunda porque não o tiveram. Tendo à frente nossos pastores, só uma vez nos encontramos em companhia da liberdade: no dia de seu enterro." (3) A miséria alemã: a defasagem e os conflitos de um tempo "fora do tempo" e nele persistindo, os conflitos do passado atualizados no presente e sem resposta, a "inatualidade" como "destino", o futuro ausente. Na "autarquia" chamada Brasil, sopram hoje os ventos da "revolução digital- liberal-democrática" de outras plagas e outros contextos? Ou assistimos a forma atualizada da "contrarrevolução preventiva"? Dilema de um tempo que se quer outro à força de esquecimento? Ou talvez constatamos aqui que a própria repetição "histórica" não é mais a mesma, e o impasse do tempo, à força de se repetir, também se transforma.

Muito se escreveu no passado sobre os dualismos e anacronismos da formação social brasileira. Sob o capitalismo neoliberal e a globalização, o desenvolvimento capitalista do país nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI a "mesma" questão "persiste" e também se renova e desemboca, no presente, na "constatação" de algo como um cruzamento "paradoxal" (ainda e já não mais o mesmo) dos tempos, das temporalidades, das estruturas, das formas, das ideologias, etc. um acúmulo tanto de tarefas, questões e problemas, uma superposição de alguns sucessos e muitos impasses.

Somos um país onde tudo parece querer persistir como tal, ao mesmo tempo e na mesma medida, numa espécie de "democracia" de "tudo e também seu contrário": o velho, o arcaico, mas também o novo, o "intemporal" e o passageiro, etc., onde tudo se equivale numa espécie de generalizada "in-decisão" e "in-diferença", onde as escolhas necessárias e definições finais são, aparentemente, adiadas ad aeternum, onde as transições e rupturas históricas se fazem quase sempre sob o controle das classes dominantes, de maneira incompleta e alongada, onde o futuro parece não ter pressa, ao contrário do passado, e parece teimar em tardar, tanto quanto o passado persiste e insiste em não querer passar.

Mas numa época de aceleração de mudanças, constatar que padecemos ainda de males passados, já passados noutras plagas, males do nosso passado e de males novos do presente e do futuro, que se desenha aparentemente não tão auspicioso, do capitalismo globalizado hoje, é também entender que num tal contexto de aceleração do tempo, tudo se coteja e se transforma numa aparente identidade de contrários, de que é exemplo a regressão neoliberal à ideologia oitocentista do "laissez-faire" (ou uma versão empobrecida da mesma) na pós-modernidade como expressão de um capitalismo "selvagem" altamente organizado (na sua capacidade de comandar os rumos da economia mundial) e tecnificado, tendo por resultado a regressiva espoliação econômica e política das massas nos países centrais, países considerados modelos da democracia e da eficiência econômica e assim por diante.

Salvo engano, a história do Brasil na transição do século XX ao XXI teve como norte, após a ditadura militar e na esteira do desastre social, institucional e econômico da "abertura" neoliberal de Collor a FHC, a consolidação da democracia representativa e o desenvolvimento econômico "normalizado". Na crise do neoliberalismo "nativo", coube ao PT tomar as rédeas do estado. Um partido progressista na sua origem no poder numa conjuntura mundial de crise, reação e regressão conservadora.

Projeto e nação: o futuro do passado

Os paradoxos de uma tal situação se revelam, por exemplo, na hercúlea tarefa de civilizar o país em meio a uma crise de civilização. Civilizar o país, quer dizer: civilizar sua classe dominante: herdeira do colonialismo e da escravidão, historicamente subordinada econômica e ideologicamente aos centros mundiais do capitalismo, inimiga "cordial" da democracia quando possível e quando necessário "sem peias" ou escrúpulos, impulsora da ditadura militar e da implantação a ferro, fogo e sangue, torturas e assassinatos, do capitalismo selvagem e da exploração sem quartel da classe operária no período ditatorial, suporte do neoliberalismo e, deste modo, contentes no papel de sócios menores em sua própria terra. Como observou Darcy Ribeiro (4), o Brasil formou-se nação independente, com todas as suas deficiências, mas igualmente, com toda a sua enorme riqueza humana e possibilidades, pelas lutas de seu povo, pela teimosia popular que, em momentos históricos decisivos, soube combater os desígnios da elite e liderar implicitamente a nação, abrindo de fato os caminhos do futuro.

Balizas e metas

Construir a democracia em meio a uma crise universal da representatividade e da política como tal nos países "paradigmáticos" da tradição democrática ocidental: EUA e Europa Ocidental. Combater as consequências nefastas da experiência neoliberal brasileira, de Collor a FHC, dentro das mesmas estruturas neoliberais herdadas e balizadas pelos senhores da economia mundial. Dentro deste contexto, o que parece ser uma postura algo errática do governo de Dilma Rousseff hoje, tal como o de Lula anteriormente, é explicado por André Singer em conferência recente (5) pela natureza do ***lulismo*** como prática e projeto político de ***mediação*** entre as classes, surgida e possibilitada pela conjuntura de crescimento da economia e da valorização das exportações brasileiras nos mandatos de Lula. Trata-se, no dizer do analista, de *invenção política* e não mera postura reativa. Indicação a ser aprofundada e que vai possivelmente no sentido do desafio pós-moderno à política propriamente como pratica histórica autônoma e decisiva no passado, hoje, como observamos, em crise global de função, identidade, efetividade, meios, finalidades, etc. Resta precisar o sentido de uma tal "invenção política": as suas obscuridades e perplexidades teriam a ver com a "novidade" que ela, segundo Singer, representa? A construção da esquerda brasileira deságua, no período pós-ditadura militar, no PT, e este, no nosso século, no lulismo? E, fundamentalmente, o lulismo como "resposta estratégica" tem por desígnio, pela via da mediação sistemática, consolidar mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira que não poderiam ser (ou não foram de fato) feitas por outras vias? Os paradoxos se acumulam. Um deles é o da análise científica que quer se ater ao real. O problema: assumir, malgrado toda a cautela implícita e explícita, o horizonte da conjuntura atual, o ainda "inultrapassável" contexto da globalização capitalista, refletido nas estruturas seculares do *apartheid* social e econômico que caracteriza a formação brasileira, como o dado fundamental, genericamente "unívoco" na sua significação.

Crescimento, estancamento e protestos: os idos de junho.

Poderíamos dizer que se algo está mais ou menos evidente na confusão ideológica e na natureza mesma das manifestações recentes, é um relativo esgotamento dos marcos estruturais e das formas de representação política,

as insuficiências da representação partidária e dos partidos que mais e mais se assemelham nas suas práticas "pragmáticas"; das estruturas e formas da economia que se refletem de modo mais imediato no dia a dia dos brasileiros com seus monopólios, oligopólios, etc.;

das estruturas, forma e processos do estado, ainda, apesar de algumas iniciativas reformadoras, distantes e, portanto, em parte alheios à cidadania. E, no entanto, neste nível de generalidade corremos o risco de meramente repetir uma parte da "autoconsciência" genérica do processo (as manifestações e suas repercussões na mídia, nas instituições, etc), sua "autojustificativa". Pois os "mesmos" enunciados podem corresponder tanto à uma visão crítica refletida, como à visão "catastrofista" do país promovida *ad nauseam* , malgrado evidências em contrário, pela direita midiática e seus aliados políticos, alimentando e justificando o ressentimento pequeno burguês de uma classe média "aturdida" por mudanças que não compreende no país e no mundo e refletindo a obsessão conservadora e controladora da classe dominante nativa. A estratégia política da mídia conservadora, se sobrepondo aos próprios partidos da direita, é a de confundir, de desconstruir a democracia, o domínio dos embates públicos explícitos e explicitados, em nome de "valores morais" individualizados, privatizar a esfera pública e seus sujeitos por meio da comunicação monopolizada.

Precisemos pois, se possível: as mudanças na economia promovidas pelos governos do PT nas últimas décadas, com todas as suas insuficiências, resgatou da miséria e incorporou à economia da nação um contingente numericamente importante de cidadãos brasileiros, até aqui relegados e confinados às margens da vida nacional. Como observou André Singer, o *lulismo* enfrentou, de modo inusitado e graças a uma conjuntura econômica internacional que favoreceu o papel do Brasil como exportador de *commodities*, o problema multissecular da distribuição iníqua de renda no Brasil, considerado como um dos empecilhos ao nosso desenvolvimento econômico no marco próprio de uma moderna economia de mercado e da soberania nacional. Deste modo, o lulismo foi capaz de distribuir renda e, aqui a sua novidade, sem afrontar o capital. Uma espécie de "heresia" política e ideológica, eficaz enquanto durou o crescimento econômico do país. Entre o neoliberalismo hegemônico na economia mundial hoje, e o chamado "neodesenvolvimentismo", isto é, entre o poder do capital financeiro e as demandas do capital industrial, do setor produtivo da economia, se movimenta o governo de Dilma Rousseff, segundo André Singer, buscando a continuidade das políticas distributivas de renda, ao mesmo tempo o reforço da economia exportadora e uma nova política de retomada do

crescimento industrial autônomo. Os primeiros itens, se relacionam diretamente com o crescimento continuado da economia, o terceiro com uma parceria estado-empresariado. O crescimento da economia estancou em tempos recentes: as causas deste estancamento ainda estão por ser explicadas de modo mais completo. No entanto, um dos elementos do impasse atual é a falta de investimentos, papel do empresariado. Lembra Singer que ao baixar os juros e enfrentar diretamente os bancos, Dilma Rousseff fez o que nem Lula pode ou quis fazer, afrontou o capital financeiro e o poder, até então inconteste, dos rentistas na economia brasileira. Preparou o terreno para as parcerias e o investimento industrial como defendido pela FIESP e CUT no pacto de 2011. Este pacto foi de fato abandonado pelo empresariado brasileiro em 2012 com novas exigências globais ao governo no sentido único do barateamento da mão de obra nacional.

A cantilena neoliberal, retomada pelo mesmo setor produtivo que se beneficiou das iniciativas do governo Rousseff de relativo cerceamento do poder dos bancos, sugerem a Singer uma identidade maior entre estes dois setores e uma iniciativa comum de contestação ao governo e seu isolamento.

Um impasse político-ideológico, na esteira da interrupção do crescimento da economia. Interrupção temporária ou definitiva? Estaria em jogo a continuidade do lulismo, o "pacto" suprapartidário e mesmo "supraideológico" que permitiu a presidência de Lula, a continuidade de um "projeto" político-econômico cuja característica mais marcante seria a sua ausência enquanto projeto explícito de transformação englobando não apenas a "administração" eficaz (quem define e como define os critérios da "eficácia"?) da economia, mas galvanizando a vontade e a iniciativa popular, educando a consciência popular para os embates e as tarefas de construção da soberania e da justiça social no país. Vivenciamos aqui um *deficit* da imaginação histórica brasileira, o que caracteriza igualmente a condição pós-moderna no mundo globalizado de hoje. Mais um aspecto de nossa irresistível "ascensão" à contemporaneidade! Aqui também o lulismo expressa à sua maneira, a nossa condição pós-moderna. E a "surpresa" das manifestações recentes, se mostra enfim algo menos surpreendente: onde a iniciativa da situação é fraca, incoerente ou ausente, a oposição fará seu campo de batalha: na guerra das significações e dos símbolos, isto é, na batalha pelas consciências, no controle das comunicações, na produção mesma dos "fatos" refletidos na imprensa, na imagem do país imposta pela mídia conservadora que motiva sua clientela tradicional e, em situações de exteriorização das insatisfações acumuladas de setores vários da sociedade urbana, é capaz de satelizar uma parte considerável de grupos sociais

e profissionais subalternizados nas condições do trabalho precarizado do setor de serviços, por exemplo.

O próprio André Singer (assim como Marilena Chauí e outros analis- tas dos protestos) aponta na difícil situação urbana do Brasil hoje, exem- plificada na questão dos transportes, mas igualmente nas estatísticas algo alucinantes dos crimes e sobretudo no número de assassinatos cometidos, um estado de crise latente, uma situação de fato potencialmente ou já ma- nifestamente explosiva. Esta situação alimentou os protestos, "unindo", por assim dizer, direita e esquerda e, assim, aumentando os números e alar- gando as diversas "demandas", nem sempre congruentes ou mesmo clara- mente definidas, das ruas.

Mas o "embate" das reivindicações revela também um confronto entre os críticos das ruas do atual governo: os que desejam, de modo mais ou menos claro, um aprofundamento rápido e decisivo das conquistas popula- res e não medem eventuais contratempos ou consequências não desejadas de seus esforços e aqueles que favorecem, por razões diversas, com maior ou menor grau de consciência ou clareza, mas com a certeza de convicções ditadas pelo "coração", um retorno do projeto neoliberal anterior. Segundo Singer, os setores da classe média tradicional que foram às ruas formam parte da sustentação "de massa" do projeto neoliberal: as classes A e B cuja opção preferencial na economia (e na política) é a que sustenta o seu con- sumo, mas restringe o das demais classes.

O chamado protesto "coxinha" mostrou a iniciativa destes setores, adotando palavras de ordem "universalistas", isto é, metodicamente gené- ricas, de uma suposta "regeneração moral" da nação, contra a corrupção e apartidária, ou mesmo anti-partidária e sentimentalmente "nacionalista", no estilo das marchas "populares" de direita de 1964 de apoio às forças do golpe militar. Mostrou igualmente, como observamos, uma relativa resso- nância com setores da população cujos interesses objetivos, motivações, modos de vida e expectativas, em princípio não se coadunam com os da classe média tradicional. E no entanto, ao que parece, também não se des- tacam desta no plano das ideias vagas, das intenções "'éticas", do discurso "moralizante", da incompreensão histórica, do "esquecimento" do passado, associado ao confinamento no tempo cujo horizonte é hoje delimitado pelo "tempo real" e a eficácia aparente da ação imediata, mediada pelas redes informáticas cujos dados, processos e funções reais são difíceis de conceber para além das superfícies das telas e seus efeitos presentes, no seu papel de substituição, de mediação, na produção do que aparece como um novo imediato, uma nova realidade em si, no paradoxo de um real renovado e, ao mesmo tempo, na sua própria "transparência" construída, já significado.

Novos sujeitos, antigos e novos desafios

As intervenções de Marilena Chauí (6) nos debates da conjuntura sobre o que podemos chamar de novas "rebeliões urbanas", vão no sentido de caracterizar o país que surge da experiência neoliberal do passado e da resistência à mesma. À visão de um país que se enriquece e incorpora novos contingentes de cidadãos à estrutura de classes estabelecida, o surgimento de uma "nova classe média" definida pela renda e consumo crescentes, ela contrapõe uma visão que poderíamos chamar de "estrutural": é de uma nova classe trabalhadora que se trata, o que se desenha na estrutura de classes do Brasil de hoje é a imbricação de ascensão econômica e cidadã, com todos os desafios e dificuldades de um tal processo, junto a novas for- mas de exploração e resistência, de organização e desorganização parale- las, de consciência de classe, novas formas de controle, etc. Presidindo a mudança de tempos temos o que a autora caracteriza como a "catástrofe neoliberal". De sua experiência europeia nos anos 60 e 70 vemos o retrato de uma classe operária no usufruto de conquistas históricas do chamado es- tado de bem-estar social, em contraste com a penúria e miséria da condição operária no terceiro-mundo de então. E, no entanto, esta classe operária que ascendeu ao consumo e aos confortos da civilização moderna na Eu- ropa não se transformou em "classe média". A dinâmica própria da luta de classes e sua história específica no contexto europeu e no contexto mundial de então, é o que explica tanto as conquistas, quanto os desafios subse- quentes, os impasses, a ofensiva capitalista na origem do neoliberalismo e da globalização, a crise econômica, a crise política, a crise das organizações operárias, etc. Os anos 60 e 70 e seus desdobramentos, foco das interven- ções e análises de Debord, designam uma época crucial: algo como a "pré- -história" do nosso tempo. Aqui o conhecimento da gênese pode servir a função de "relativizar" o presente, de redimensionar o tempo e com ele, o tanto o objeto quanto o sujeito do conhecimento.

A análise das transformações em curso na estrutura social e na econo- mia formam o pano de fundo para uma primeira abordagem das manifes- tações (ensaio na presente coletânea). As contradições de um desenvolvi- mento econômico que, *ao mesmo tempo*, incorpora, expande o acesso a bens e serviços de base e concentra, monopoliza a oferta, dita as suas condições priorizando o lucro imediato e exorbitante do capital em detrimento da qualidade mínima de bens e serviços gerais, falseia assim a relação do con- trato econômico e paira acima das obrigações legais estabelecidas, estas contradições dizem respeito ao consumidor e ao cidadão. Na medida em

que a privatização neoliberal transformou o direito à educação, saúde, transporte, condições da cidadania moderna e de uma economia funcional, em mercadorias, a cidadania ela mesma é objeto de compra e venda. Ora, de há muito a "democracia censitária" se inscreve de fato na ordem pública brasileira, sob formas diversas e adaptações várias. Nada de novo sob o sol? As transformações em curso, tanto as que podemos designar ou pressentir e aquelas que (ainda) não podemos, transformações que tudo põem em causa, a torto e a direito, desagregam também a ordem "estamental" e seus efeitos. Aqui teríamos uma primeira chave para entender as duas séries análogas e distintas de reivindicações que eclodiram e se cotejaram nas ruas: a "democracia dos proprietários", atuais ou simbólicos, das classes médias estabelecidas, e a democracia dos novos cidadãos, dos que aspiram a cidadania plena, na tradição (mais ou menos consciente, direta ou indireta) das lutas democráticas do Brasil moderno, dos jovens que a seu modo renovam estas tradições num contexto em que as definições políticas se fazem mais e mais "problemáticas". Ora, a renovação política ela própria, saudada à esquerda e à direita das disputas nas ruas, na mídia, na "opinião pública" e na "opinião especializada", podemos observar, a partir da problemática discutida por Marilena Chauí, é invenção que pressupõe ou se faz como conhecimento histórico *in actu*, como tal ela se distingue da ideologia como projeção imaginária, como repetição, não apenas discursiva, mas da prática estabelecida, das ações e reações previamente assinaladas, já significadas, que serve quando muito à "renovação" dos impasses, ao reforço daquilo mesmo que se combate, alimentando o sistema estabelecido com as energias da contestação imediata. Na problemática de um tempo onde a ação e o conhecimento histórico estão, sistemática e programaticamente, reduzidos à "clandestinidade" (Debord) pela destruição dos espaços de comunicação pública e da própria linguagem, pela desorganização das coletividades e a permuta destas por comunidades "de substituição", comunidades imaginarias, comunidades fugazes, instáveis, a privatização e atomização dos sujeitos, onde as tecnologias da informação e da simulação redesenham os espaços, a percepção, as formas de contato e os modos de relação, onde a aceleração e retração do tempo servem a uma homogenização abstrata das temporalidades vividas, entre outras características do mundo da mercantilização sem medidas, os desafios se acumulam e a invenção do futuro se faz ao mesmo tempo mais urgente e mais difícil.

Lampedusa às avessas

O filósofo Paulo Arantes (7), arguto crítico da nossa pós-modernidade neoliberal, em entrevista a O Estado de São Paulo (*of all places*! - ou poderíamos talvez comentar: *faute de mieux*... o sistema comercial da comunicação "pública" no Brasil é o que é) afirmou que após duas décadas de ajuste ao capitalismo mundial a vida no Brasil melhorou e, dialeticamente, "ninguém aguenta mais"! A mudança sem rupturas deu seus frutos e no entanto, demonstrou uma fragilidade algo inusitada face às mobilizações nas ruas, considerando-se que a economia tem lá seus problemas mas nada como as crises sucessivas do amargo ajuste neoliberal de Collor a FHC! A explosão de Maio de 1968 na França se deu em situação de estabilidade e expansão econômica, o que fazia pensar em alguns paralelos ainda que "forçados", segundo Arantes.

Ora, houve quem interpretou a crise francesa de '68 justamente como crise de adaptação, crise de passagem ao mundo finalmente administrado, a passagem ao *brave new world* que se gestava então da subsequente crise capitalista da década posterior, a pré-história do mundo neoliberal de hoje. Em sentido semelhante, as "jornadas de junho" podem também significar uma crise de adaptação, cujo conteúdo específico, no entanto, é necessário desvendar.

Os elementos desta equação incluem, como observamos, a globalização e a contexto neoliberal na economia, as heranças ativas e os fantasmas da ditadura militar na política, a tradição golpista das elites brasileiras, a continuidade do aparato comercial das comunicações criado pela ditadura, o monopólio conservador e ultrarreacionário da mídia comercial a ocupar a esfera pública com seu ativismo político exacerbado, o ativismo de direita no interior da administração dos estados e da federação, o ativismo de direita nas altas esferas jurídicas, a guerra permanente contra a "conciliação" lulista e seu projeto mínimo de "mudança dentro da ordem". O risco da deriva autoritária nos impasses e nas disputas das manifestações era mais ou menos evidente. O aparato policial do governador de São Paulo do PSDB lançou-se contra os jovens manifestantes na Avenida Paulista como se estivesse numa espécie de Pinheirinho central na megalópolis. No que se seguiu, a falta de tato autoritária e a pouco clara articulação ideológica da luta criaram a oportunidade de uma instrumentalização genericamente *anti-establishment* dos protestos à medida da direita (isto é, focadamente contra o PT e o governo Dilma Rousseff). A eclosão de protestos que se seguiu juntou insatisfações múltiplas e concorrentes. E todos foram ás ruas num exercício de novas sociabilidades horizontais, de novas sensibilidades

e de possibilidades expressivas, de expressão de inconformismo "cívico", de afirmação de valores mais ou menos tradicionais, de defesa da pátria, de repúdio genérico à "política", de defesa e de contestação da ordem, contra a barbárie urbana imposta pelos donos da cidade, contra a exploração das massas urbanas, contra a insegurança e o crime, pelo exercício da democracia popular, contra e a favor da ordem policial, etc, etc. E, de súbito, 1968 e 1964 se espelhavam, se cotejavam e se confrontavam nas praças. Um Brasil dual se revelava mais uma vez na história, a clivagem ideológica apontando a solidificação estrutural da experiência neoliberal na realidade brasileira atual, gerando sua base de massa própria, em continuidade e ao mesmo tempo refazendo o conservadorismo "milenar" da nossa formação social: a modernização ou pós-modernização do atraso.

Seguramente esta não é toda a história, mas dado o contexto tanto do sucesso, como observou Paulo Arantes, como da relativa fragilidade subitamente exposta da conciliação lulista, como também observou André Singer, é certo que as "jornadas de junho" propiciaram um avanço das forças conservadoras na conjuntura. A resposta da presidenta Dilma foi o "ativismo" institucional na proposta da constituinte, a afirmação algo protocolar do direito democrática da manifestação popular, alguns novos projetos de política urbana e a continuação da administração da economia.

Sobre o lulismo, sua natureza e suas transformações no processo da chegada de Lula ao poder e a consolidação de uma nova liderança, observou André Singer: "O relativo desinteresse de Lula pelos "formadores de opinião" significa que o realinhamento [estratégico e político do PT em direção ao centro visando o subproletariado na eleição e na reeleição de Lula] tirou centralidade dos estratos médios, que eram mais importantes no alinhamento anterior. Nele, a esquerda organizava segmentos baixos e médios da "classe média", notadamente operários industriais e servidores públicos, em torno de uma ideologia de esquerda, isto é, do discurso de classe. O centro agregava as classes médias ao redor da modernização do capitalismo e mobilizava o subproletariado contra a esquerda nos momentos cruciais. Assim, o conflito político geral era filtrado pelo debate entre os setores médios. À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista (sem qualquer conotação militar). Com ela, criou um ponto de fuga para a luta de classes, que começou a ser arbitrada desde cima ao sabor da correlação de forças." (8)

Os dois mandatos de Lula e a eleição de Dilma Rousseff, comprovaram a novidade e a eficácia da estratégia lulista. E, no entanto, a luta ideológica prossegue em torno, a propósito e à margem do lulismo. Esteve

presente na eleição de Dilma Rousseff, por exemplo, e mobilizou a opinião de esquerda e seus formadores na batalha contra as manipulações grosseiras da mídia comercial e do candidato da direita. Esteve nas ruas e fez-se notar de modo inédito contra o que uma parte da juventude de esquerda ativista, autonomista, de inspiração libertária, classifica como complacência e hesitação do status quo governista. A batalha ideológica é onde a direita aposta suas forças, na ausência de um projeto político próprio que contemple as aspirações populares, aparte o seu eleitorado cativo da classe média tradicional. A batalha ideológica está nas ruas. Como a batalha das imagens. A questão é: qual seu real alcance e significado?

No momento em que finalizamos este texto, as notícias apontam crescimento da economia, as sondagens indicam o processo de recuperação da popularidade da presidenta. Da agitação das ruas e dos jornais e das TVs, o que resta? Manifestações continuam, sem o mesmo impacto, mas persistindo, à direita no ensaio, na esperança e na construção ativa de uma nova crise, à esquerda tanto como iniciativa de mudança como resposta à mobilização conservadora. Quase que por inércia, a praça pública busca na repetição de gestos e palavras desvendar o significado elusivo do presente e seus desdobramentos possíveis.

"Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude." A célebre frase, de um dos personagens aristocráticos da época do Risorgimento no romance póstumo do escritor italiano Lampedusa, *O leopardo* (1959) expressava a consciência das adaptações necessárias às mudanças do tempo para salvaguardar o poder de classe estabelecido. O momento atual do *lulismo* (na acepção de André Singer) parece afirmar que "Para que as coisas mudem, é preciso que tudo permaneça igual". O tempo, se tempo houver, dirá? Pergunta que também pode significar: de que tempo se trata, afinal?

REFERÊNCIAS:

(1) Debord, Guy: A sociedade do espetáculo, Porto: Afrontamento, 1977

(2) Debord, Guy: Comentários à sociedade do espetáculo (1988), arquivo html em http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/guy-debord-comentarios-sobre-sociedade.html

(3) Marx, Karl: Crítica da filosofia do direito de Hegel, São Paulo: Boitempo, 2005

(4) Ribeiro, Darcy: O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras,1995

(5) Singer, André: Coalizão rentista foi às ruas contra Dilma, videoconferência, Vi o Mundo, 20/8/2013 http://www.viomundo.com.br/politica/andre-singer-coalizao-rentista-foi-as-ruas-reagir-contra-dilma.html

(6) Chauí, Marilena: Uma nova classe trabalhadora, in Sader, E. (org.) Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013

Chauí, Marilena: As manifestações de junho na cidade de São Paulo, 25/6/2013, publicado na presente coletânea

(7) Arantes, Paulo: O futuro que passou, O Estado de São Paulo, 22/ 6/ 2013

http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-futuro-que-passou-,1045705,0.htm

(8) Singer, André: Raízes sociais e ideológicas do lulismo, Novos Estudos 85, Novembro 2009

Marcelo Guimarães Lima

Doutor (PhD) em História da Arte e Master of Fine Arts (MFA) pela University of New Mexico, EUA. Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Lecionou como professor efetivo na University of Illinois, EUA; Goddard College, EUA; American University in Dubai nos Emirados Árabes. Como professor convidado lecionou, entre outros, na Universidad de Salamanca, Espanha; Universidad Internacional de Andaluzia, Espanha; Art Institute of Chicago, EUA; De Paul University, EUA.